



1º DE MAIO / Em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente referenda medidas adiantadas por ministros, como o aumento do piso salarial para R\$ 1.320 e isenção total do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 2.640

Lula confirma novo mínimo

Reprodução



Governo estima que isenção do IR até dois mínimos, anunciada por Lula, beneficiará 13 milhões de pessoas, que não precisarão pagar nem na fonte nem na declaração anual

» VICTOR CORREIA

No primeiro pronunciamento à nação em rede nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou aumento real do salário mínimo, acima da inflação, e a elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda. As medidas já eram esperadas e haviam sido adiantadas na semana passada por ministros de Lula. O presidente divulgou as medidas em celebração ao Dia do Trabalho, num discurso que durou cerca de quatro minutos, transmitido na televisão, no rádio e nas contas do governo nas plataformas digitais.

A partir de hoje, o salário mínimo passa de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 — um aumento de 1,03%. Já quem recebe até R\$ 2.640 passa a ser isento do IR. O valor anterior era de R\$ 1.903. As alterações foram feitas por medida provisória, que tem efeito imediato, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em 120 dias para continuar em vigência. Lula anunciou ainda que enviará ao parlamento um projeto para valorização permanente do salário mínimo, baseado no cálculo dos governos petistas do passado, e prometeu que a faixa de isenção do IR será de R\$ 5 mil até o final de seu mandato, em 2026.

Até o fim da noite de ontem, Lula não havia confirmado se vai participar da celebração tradicional do Dia do Trabalho organizada por centrais sindicais em São Paulo. O evento ocorre no Vale do Anhangabaú, a partir das 10h. Nos anos anteriores, o presidente sempre marcou presença. Até sexta-feira, a agenda de Lula previa participação no evento, e ele tinha voo marcado para a capital paulista naquele dia. O embarque, porém, foi cancelado, e Lula precisou ir a São Paulo no sábado para participar do enterro da afilhada.



Até o fim do meu mandato, a isenção valerá para até R\$ 5 mil por mês. Meus amigos e minhas amigas, não haverá reconstrução do Brasil sem a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente

Medidas anunciadas

Passam a valer a partir de hoje, por medida provisória (MP):

Aumento do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320
Aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 2.640

PRÓXIMOS PASSOS

- Política de Valorização Permanente do Salário Mínimo, em projeto que será enviado ao Congresso nos próximos dias
- Aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, até 2026

“É um aumento pequeno, mas real, acima da inflação, pela primeira vez depois de seis anos. Nos próximos dias, encaminharei ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) para que esta conquista seja permanente, e o salário mínimo volte a ser reajustado todos os anos acima da inflação, como acontecia quando governamos o Brasil”, declarou o presidente.

Uma das promessas de campanha de Lula era que o salário mínimo voltasse a ser aumentado anualmente, calculado pela inflação e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). No pronunciamento, o petista lembrou que o mínimo cresceu 74% entre 2004 e 2016, nos governos do PT.

“Foi graças a isso que milhões de

brasileiros e brasileiras saíram da extrema pobreza”, frisou. Lula argumentou que um salário mínimo maior aumenta as vendas do comércio e a produção da indústria, gera emprego e “a roda da economia volta a girar”.

O mínimo também é usado como base para repasses diretos do governo, como aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e seguro-desemprego, somado um total de R\$ 470 bilhões por ano. O valor passado do salário mínimo, de R\$ 1.302, havia sido determinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e previa apenas a correção pela inflação, sem ganho real.

Já o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda não ocorria havia

oito anos. “Até o fim do meu mandato, a isenção valerá para até R\$ 5 mil por mês. Meus amigos e minhas amigas, não haverá reconstrução do Brasil sem a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras”, enfatizou o presidente.

O governo estima que a decisão vai beneficiar 13 milhões de pessoas, que não precisarão pagar o imposto nem na fonte, nem na declaração anual. Em comunicado divulgado logo após o pronunciamento de Lula, o Planalto afirmou que os anúncios de ontem “completam um ciclo de medidas” voltada às classes de menor renda, como os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

Conquistas

No pronunciamento, Lula comparou as conquistas das gestões petistas com os dois governos anteriores ao seu. “Geração recorde de empregos, salário mínimo crescendo acima da inflação, direitos trabalhistas garantidos. Tudo piorou nos últimos anos”, pontuou o presidente.

“O emprego sumiu. Os salários perderam o poder de compra. A inflação subiu. Os juros dispararam. Direitos conquistados ao longo de décadas foram destruídos de um dia para o outro. Poucas vezes na história, o povo brasileiro foi tratado com tanto desprezo, e teve tão pouco a comemorar”, completou Lula.

Ele também exaltou o papel dos trabalhadores para a economia, citando empregados de fábricas, da construção civil, bancos, lojas e escritórios. Ele destacou ainda os trabalhadores por aplicativos, microempreendedores e os que trabalham nas lavouras, escolas e hospitais. “Não importa a profissão ou o local de trabalho. O importante é que vocês são responsáveis pela geração de riqueza do Brasil”, disse Lula.

Salários caem 6,9%

Análise divulgada ontem pela Oxfam mostra que, em 2022, os CEOs mais bem pagos do Brasil tiveram um aumento salarial de 23,8% em relação a 2021, enquanto os salários dos trabalhadores caíram 6,9%, em média, na mesma comparação. O cenário brasileiro superou a média de outros quatro países: Estados Unidos, Reino Unido, Índia e África do Sul. Juntas, essas nações tiveram aumento de 9% para os acionistas e redução de 3,19% para os assalariados.

O levantamento foi baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de agências governamentais de estatísticas. Números globais mostram que acionistas de empresas receberam um recorde de US\$ 1,56 trilhão em dividendos no ano passado, um aumento de 10% em relação a 2021. Já um grupo de um bilhão de trabalhadores, de 50 países, sofreu um corte salarial médio de US\$ 685, com uma perda coletiva de US\$ 746 bilhões em valor corrigido pela inflação.

No Brasil, uma série de políticas públicas contribuiu para a desigualdade ainda maior entre os mais ricos e os trabalhadores. “Ainda que a gente tenha várias informações agora a respeito da recuperação do emprego, acabamos vendo que a renda ainda não recuperou os padrões anteriores à pandemia”, explicou o coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, Jefferson Nascimento. “Os novos empregos surgidos têm menor rendimento médio, mais precarizado”, acrescentou.

Para Nascimento, a reforma trabalhista implantada durante o governo de Michel Temer (MDB) contribuiu para que postos de trabalho com carteira assinada fossem substituídos por vagas informais, com menor remuneração e sem os direitos previstos em lei. Por outro lado, a falta de taxa sobre lucros e dividendos — o que ocorre desde 1996 — colabora para a alta concentração de renda por parte dos acionistas. “Esses buracos na legislação tributária beneficiam justamente os muito ricos”, afirmou.

A Oxfam defende aumento de tributação para o 1% mais rico. Governos passados tentaram alterar a tributação sobre lucros e dividendos, sem sucesso. Foi o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas um projeto de lei que trata do tema está parado no Congresso desde 2021. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também afirma, desde a campanha, que quer aumentar impostos para os ricos.

Na outra frente, é preciso frear a queda da renda dos assalariados. “Um dos aspectos importantes nesse sentido é a retomada da política de valorização real do salário mínimo, que tem um impacto progressivo. Nós vimos que a medida teve impacto positivo para os trabalhadores ao longo dos anos 2000”, frisa Jefferson. (VC)